

INPC

O achatamento salarial será maior que 1,5%. E o que diz o IBGE.

O expurgo do INPC em junho e julho (com reflexo direto nos reajustes salariais de agosto e setembro) será superior a 1,5% e a 1%, respectivamente. A informação foi dada ontem no Rio pelo presidente da Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pelo cálculo dos índices. Jessé Montello. Segundo ele, em junho o INPC real foi da ordem de 8%, e o expurgo deverá ficar abaixo dos 6,5%.

Com os expurgos e o corte das "accidentalidades", a variação semestral do INPC de janeiro a junho, que serve de base para os reajustes salariais de agosto, será de 55,13%, mas deveria alcançar 57,32% se o expurgo não fosse aplicado. Mesmo assim, a variação semestral de 55,13% é a maior até agora registrada desde a criação do INPC, em abril de 1979, sendo superior à do semestre anterior, que foi de 55%.

O presidente do IBGE informou, ainda, que os índices expurgados dos efeitos da retirada dos subsídios somente serão aplicados em relação ao INPC de junho e de julho, afetando assim os reajustes salariais de agosto e setembro. Mas os expurgos decorrentes de fatores de "accidentalidade", tais como geadas, secas ou chuvas, serão realizados permanentemente, a partir de junho, o que poderá reduzir ainda mais o índice expurgo deste mês, de 6,5%.

"Índices científicos"

O presidente do IBGE tentou evitar a expressão "expurgo", preferindo utilizar "índice corrigido ou retificado", para referir-se à redução dos reajustes salariais.

Segundo Jessé Montello, o IBGE chegou a estes índices de "forma científica, e não arbitrária". Os técnicos do órgão trabalharam em separado com três métodos distintos de aferição, e os resultados obtidos foram coincidentes. Segundo o presidente do IBGE, em qualquer sistema de aumento salarial não se deve introduzir a inflação corretiva, porque provoca aumento da taxa de juros e esta reduz os investimentos, e essa redução acaba provocando desemprego. Tal foi a conclusão da Comunidade Econômica Européia, disse Montello.

Quanto à introdução da "accidentalidade", ainda não calculada, o presidente do IBGE explicou que o órgão tomará como referência a média ponderada dos preços do produto afetado, por geada, seca ou chuvas, nos últimos 12 meses. Se o preço registrado em um determinado mês, após a ocorrência do fator de accidentalidade, for superior ao obtido naquela média, então o IBGE descontará a diferença para o cálculo do INPC, diminuindo seu índice em relação ao que seria registrado em termos reais.

Mas, para o presidente do IBGE, a inci-

dência do fator de accidentalidade, no INPC de junho, será muito pequena, e não deverá reduzir substancialmente o índice previsto de 6,5%.

Sindicatos protestam

Os presidentes de federações gaúchas de trabalhadores, reunidos ontem em Porto Alegre, manifestaram seu repúdio ao expurgo do INPC. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário, Edi Inácio da Silva, salientou que "os assalariados não podem arcar com mais este ônus, pois já foram por demais afetados em seu poder aquisitivo". Todas as entidades promoverão no próximo dia 15 uma grande concentração, na capital gaúcha, para manifestar seu descontentamento.

"Com a inflação, o poder de compra do trabalhador vem caindo", acrescentou Edi Silva, lembrando que "até o momento não surgiu nenhuma medida concreta do governo capaz de conter o ritmo inflacionário e o expurgo, até hoje praticado por baixo do pano, ganha agora caráter oficial, o que não quer dizer que poderá resolver alguma coisa". Lembrou que a questão do desemprego também não foi seriamente equacionada pelo governo.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul, Mário Provensi, salientou que o expurgo nos índices anunciados representa apenas "a ponta do iceberg da sonegação dos reajustes decorrente da manipulação dos dados oficiais". Em menos de três meses, o governo mudou sua política anteriormente anunciada de fazer equivaler todos os índices do País para voltar a um processo "de claro desequilíbrio".

A decisão do Conselho Interministerial de Preços, de reduzir de 90% para 80% do valor das ORTNs o limite máximo de reajuste de preços de quase 300 produtos industriais, "está aumentando a penalização do setor, que continua enfrentando taxas de juros muito elevadas e as consequências da recessão que se agrava cada vez mais".

A afirmação foi feita pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, ao informar ter recebido de empresários de vários Estados advertências de que muitas empresas acabarão fechando as portas, porque o parque industrial já não tem mais condições de suportar essa realidade.

Para o presidente da CNI, o maior controle de preços vem somar-se aos maiores rigores da política monetária, sem qualquer redução da taxa de juros, mesmo depois do pacote econômico de junho; "o que torna difícil manter o ritmo da atividade da indústria".